



14909038



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	27/05/2021	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Anderson Gustavo Torres	GM
2.	Antonio Ramirez Lorenzo	GM
3.	Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
4.	Márcio Nunes de Oliveira	SE
5.	Luana Quitéria Santos Magalhães	SE
6.	David de Lima Freitas	SPO
7.	Rogério Xavier Rocha	SAA
8.	Rodrigo Lange	DTIC
9.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
10.	Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
11.	Lyvanceles Bispo dos Santos	AEAL
12.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
13.	Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
14.	Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
15.	Juliana Oliveira Domingues	SENACON
16.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
17.	Carlos Renato Machado Paim	SENASP
18.	Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo	SEOPI
19.	Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
20.	Paulo Gustavo Maiurino	PF
21.	Silvinei Vasques	PRF
22.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
23.	Alexandre Barreto de Souza	CADE
24.	Marcelo Augusto Xavier da Silva	FUNAI
25.	Katia de Queiroz Domingues Baroni	OUV
26.	Luis Alexandre Paiva Futuro	GM
27.	Alexandre Rabelo Patury	SENAJUS
28.	Karla Nogueira do Valle de Carvalho	SENAJUS
29.	Cristina Luisa Hedler	SENAD

30.	Diego Mantovaneli do Monte	DEPEN
31.	Priscilla Oliveira	SENASP
32.	Vinícius Eloy dos Reis	CADE
33.	Luiz Spricigo Junior	DTIC
34.	Leonardo Garcia Greco	DTIC
35.	Getúlio Menezes Bento	DTIC
36.	Gilmar Araujo de Sousa	CGOF
37.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
38.	Bruna Ignacio Moreira	CGGE
39.	Juliana Coelho Antero	CGGE
40.	Aline Rosa Roriz	CGGE
41.	Bruno de Oliveira Almeida	CGGE
PAUTA:	1. Abertura; 2. Considerações iniciais e pauta da reunião; 3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: panorama de projetos e de indicadores - SENASP; SENACON e SE; 4. Informe SPO/SE; 5. Informe AEIC; 6. Encaminhamentos.	

DELIBERAÇÕES

- O Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, iniciou a reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE agradecendo a presença de todos os aproveitou o ensejo para destacar a importância da atenção desses para atuarem com suas equipes no alcance da meta de execução orçamentária 2021, d 2021, já definida na reunião do CGE de outubro de 2020. Reforçou a necessidade de concentração de esforços e foco das unidades para evitar sobreamo conforme tratado na reunião do mês anterior, deste Comitê. Apresentou ainda brevemente a pauta da reunião.
- Dando início ao monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Carlos Renato Machado Paim, e projeto Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida e do indicador Quantidade de condenados cadastrados de Perfis Genéticos. O projeto em questão encontra-se com 66% concluído e tem como objetivo estruturar o Programa Nacional de Qualidade de Vida p Segurança Pública - Pró-Vida, no intuito de elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar projetos de qualidade de vida, valorização profissional, segurança dos profissionais de segurança pública e defesa social. De acordo com o Secretário, o projeto vem sendo acompanhado juntamente com o proje apontou a articulação junto ao Ministério da Economia como de grande relevância para o andamento de determinadas etapas do projeto. O montan momento, via fundo a fundo, corresponde a R\$ 311 milhões, sendo realizadas e concluídas diversas ações desde 2019, como, por exemplo, o Caderno Técnico Estresse Pós-Traumático e a implementação da Rede de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública. Mencionou ainda que outras atividades dando destaque para: i) Pesquisa diagnóstico sobre a saúde e condições de trabalho dos profissionais de Segurança Pública (União, Estados, Distrito Feder parceria com a Universidade de Brasília – UnB, de modo a disponibilizar dados de qualidade para a promoção de políticas públicas; ii) Pró-Vida Talks: inicia meio do canal oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP na plataforma *Youtube* para discussão de vários temas relacionados ao objetivo do p
- Com relação ao indicador estratégico, até o mês de abril, obteve-se um total de 11.819 condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos, fren condenados cadastrados, por ano, até 2023. O valor mensurado, conforme explicado pelo Secretário de Segurança Pública, pode ter sido impactado tar pandemia da Covid-19 quanto pela exclusividade e escassez de profissionais peritos que atualmente realizam a coleta. Na oportunidade, a Diretora-Gera Penitenciário Nacional – Depen, Sra. Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, mencionou que a referida restrição de profissional responsável para coleta d também impactou o sistema prisional, uma vez que agentes prisionais já tinham sido capacitados e protocolos estabelecidos para procederem com a coleta.
- Na sequência, a Secretária Nacional do Consumidor, Sra. Juliana Oliveira Domingues, iniciou sua fala contextualizando aos presentes que o site Consumidor.g oficial do Governo Federal de autocomposição de conflitos de consumo, com o fornecimento de serviço público e gratuito, acessado pela internet, inclusive celulares. Mencionou que indicadores relacionados à plataforma obtiveram resultados expressivos no período de pandemia, atingindo a máxima históric atendimentos, em decorrência de problemas de contaminação pelo coronavírus em operadores dos *call centers*, bem como pelos Serviços de Atendimento SACs das empresas no país serem deficitários. Como consequência, em 2020, o site Consumidor.gov.br se tornou a maior e melhor plataforma de autocom do mundo. Destacou, ainda, a publicação da Portaria nº 15, de 27 de março de 2020, que determina o cadastro de empresas na referida plataforma para v via internet, pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, dos conflitos de consumo notificados eletronicamente (serviços essenciais, plataformas digi reclamadas), como forma de proteção do consumidor na pandemia. O indicador estratégico de Percentual de resolutividade das demandas na plataforma, cc 70% ao ano, apresentou um resultado de 78% em 2020, tendo uma média inferior a 8 dias para respostas (prazo estabelecido: até 10 dias). No que diz estratégico “Disponibilização do sistema Recall gov br”, a Secretária explicitou a arrecadação histórica com mais de 75 milhões de produtos recolhidos e pandemia, fruto da modernização de normativo a partir das melhores práticas internacionais relacionadas à temática. Informou também da necess cronograma do projeto devido a adaptações no sistema utilizado para certificação, transparência e acesso que se encontra em fase de testes no ambiente parceira por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED.
- Em seguida, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange, ratificou a realização de testes pela equipe de Tecnologia da Informaçã TIC em conjunto com a UnB no âmbito do projeto apresentado pela Senacon, na ocasião, para que se obtenha um produto sólido para posterior internaliza continuidade ao monitoramento, abordou sobre o projeto estratégico “Segurança da Informação e Privacidade” que tem por objetivo atuar como parcei inovação, integração e execução de políticas públicas com as áreas de negócio, entregando sistemas, dados e serviços de TIC de forma segura, ou seja, melh gestão da privacidade e da segurança dos dados do MJSP. Mencionou que o projeto possui 15 entregas, tendo sido concluída a etapa de seleção de framew informação, que se refere a processos utilizados para implementação e gestão contínuas no controle da informação. Expôs ainda a elaboração, aprovaç política de classificação de documentos, atualmente com 63% de execução, sendo instituído Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério com representa Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, da Fundação Nacional do Índio – Funai, da Polícia Federal – PF e da Polícia Rodoviária Federal – I rótulos de dados, facultativo seu uso às referidas unidades e obrigatório para aquelas do Núcleo Central do MJSP. Considerada uma das entregas mais relev Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação destacou a seleção e implantação de Controles de Segurança da Informação do *Center for Internet Secu* por 171 controles de segurança da informação, dos quais 46 já se encontram implantados no âmbito do MJSP. De acordo com o Sr. Rodrigo Lange, estima-se dos incidentes de segurança, quando tais controles forem implementados em sua totalidade. Aproveitou o ensejo para informar aos presentes que o Mini

- referência em segurança da informação no Poder Executivo Federal, ocupando o primeiro lugar, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, implantação de controles de segurança de emergência, segundo levantamento do Ministério da Economia. Com relação ao indicador Percentual de disponíveis estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação, têm-se obtido ao longo dos meses monitorados 100% dos serviços críticos de internet disponíveis de 99% ao ano. O desafio tem sido maior, conforme exposto pelo Diretor, devido à quantidade de servidores utilizando acesso remoto em teletrabalho por cc
6. Na sequência, o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, cumprimentou a todos, ressaltando a importância das reuniões do C possibilita maior integração e ciência das políticas e atividades desempenhadas pelas diversas unidades do MJSP. Reforçou que desde que assumiu a Pasta, a dedicado a entender melhor o funcionamento do Ministério, além de redirecionar eventuais trajetórias de atuação.
 7. Dando continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, trouxe informes da Subsecretaria, abordando, inicialmente, so Lei Orçamentária Anual – LOA e do Decreto nº 10.699, de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício responsabilidade atribuída aos senhores Ministro, dirigentes e ordenadores que praticarem atos em desacordo com o disposto, sendo necessária ater empenho de fonte própria ou vinculada, observados os anexos do decreto em questão, nos quais estão estipulados limites de despesas. Além disso, infor ação para redução do estoque de restos a pagar, a partir de Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU ao Ministério da Economia e, consequentem demais ministérios. Outro informativo tratado pelo Subsecretário referiu-se à Carteira de Políticas Públicas do MJSP. Nesse sentido, solicitou aos titulares propostas enviadas por suas unidades, uma vez que algumas delas estão sendo encaminhadas fora da metodologia adotada pelo Ministério. Informou ainda da fase qualitativa da proposta orçamentária para o exercício de 2022 e a relevância das unidades considerarem as entregas ao cidadão (produtos) para a di de ação, de modo a possibilitar a adequada execução das políticas públicas, além do alinhamento com a Carteira de Políticas mencionada anteriormente ranking de execução orçamentária, o Sr. David Freitas explicou que o resultado do indicador está abaixo da meta de 70% do orçamento executado : possivelmente devido a atrasos na publicação da LOA e do Decreto de programação orçamentária e financeira e seus impactos no fluxo das unidades. Dessa f solicitou a todos que o assunto seja tratado como prioridade para o cumprimento dos prazos e da meta estabelecidos.
 8. O subsecretário reforçou também sobre o processo de revisão da estratégia, por meio da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, a ser realizada no próximo no momento, as propostas encaminhadas pelas unidades estão sendo analisadas e consolidadas, além da realização de reuniões entre Subsecretaria Orçamento – SPO, Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE, Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF, Diretor Informação e Comunicação – DTIC com os chefes de gabinete, pontos focais e equipes de projetos e indicadores para a qualificação das propostas para subsic Gabinete do Ministro – GM e Secretaria-Executiva – SE. Também abordou acerca do monitoramento qualitativo das entregas efetivas de projetos es relevantes, solicitando especial atenção dos titulares para que articulem com suas equipes na atualização e gestão de tais entregas, de modo a propor qualificadas para a alta gestão do MJSP. Finalizando sua fala, informou que o painel de orçamento de 2021 já se encontra disponível para acesso no site do M.
 9. Em seguida, o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, apresentou sobre a evolução do panorama de gerenciamento de riscos no âmbito (prevista para finalização dos trabalhos relacionados ao tema daqueles 69 processos de trabalho obrigatórios vinculados ao planejamento estratégico, até 30 Apontou que até o momento 40 processos já tiveram ao menos um risco registrado no Sistema AGIR, com 3 processos já concluídos, sendo 2 da Secretaria em Segurança Pública – Segen e 1 da Secretaria Nacional de Justiça – Senajus. Após encerrado o prazo, os processos finalizados serão validados pelo CGE. C Especial de Controle Interno – AECI à disposição para esclarecimentos e qualquer auxílio, em especial àquelas unidades que ainda possuem processos não destacando ser uma exigência de normativos advindos de órgãos de controle e dada a importância do gerenciamento de riscos no processo de supervisão e no MJSP, frisou a necessidade do trabalho a ser concluído em breve.
 10. Finalizando a pauta, o Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, informou acerca do envio do processo SEI de monitoramento para coleta dos indic do andamento dos projetos estratégicos, com prazo até o dia 10 de junho. Comunicou também que o monitoramento qualitativo das entregas efetivas de pi e outras relevantes, e dificuldades (para os próximos 60 dias), terá o mesmo prazo, 10 de junho, bem como o monitoramento dos projetos prioritário República. Mencionou que as próximas unidades a apresentarem os resultados de 1 projeto e 1 indicador na próxima reunião ordinária mensal serão “ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública” e indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitaç ao público externo”; ii) PF: projeto “ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária”, incluindo, a pedido do Secretário-Executivo, informações acei referido sistema aos da Justiça, e indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”; e iii) Arquivo Nac “Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA” e indicador “Percentual de órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Docu SIGA com Código de Classificação de Documentos – CCD e Tabela de Temporalidade e Destinação – TTD de documentos de arquivos das atividades-fim aprov
 11. Antes de encerrar a reunião do Comitê, o Secretário-Executivo informou sobre o retorno gradual do trabalho presencial dos servidores do Ministério, a par nova portaria com orientações, que ainda está em elaboração. Ao conceder a oportunidade para manifestações dos presentes, o Subsecretário de Planejar aproveitou o ensejo para registrar que o MJSP ocupa o 2º lugar no ranking das setoriais de custos da Esplanada, parabenizando a equipe da CGGE envolvic Setorial de Custos do Ministério, que conta com a participação de todas as unidades do órgão.
 12. O Chefe de Gabinete do Ministro, Sr. Antônio Ramirez Lorenzo, reforçou às unidades a importância de promoção de entregas efetivas e relevantes à sociedade
 13. Encaminhando para o término da reunião, o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública solicitou aos titulares que enviem informações sobre event projetos em trâmite no Congresso Nacional ao Assessor Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Sr. Lucas Goes. Finalizando, demonstrou cor realização das reuniões do CGE, consideradas de grande importância e simbolismo, reforçando sua participação sempre que possível no fórum para discuti integração entre as unidades.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 15/06/2021, às 16:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GOES, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares**, em 15/06/2021, às 17:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 15/06/2021, às 17:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 15/06/2021, às 17:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 15/06/2021, às 18:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 15/06/2021, às 18:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 15/06/2021, às 18:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON GUSTAVO TORRES, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 15/06/2021, às 19:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 15/06/2021, às 20:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GETULIO MENEZES BENTO, Assessor(a) Técnico(a)**, em 16/06/2021, às 10:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ SPRICIGO JUNIOR, Coordenador(a)-Geral de Planejamento, Inovação e Integração de TIC para Segurança Pública**, em 16/06/2021, às 10:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MANTOVANELI DO MONTE, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN**, em 16/06/2021, às 15:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 16/06/2021, às 18:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rabelo Patury, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 16/06/2021, às 18:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 16/06/2021, às 19:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Nogueira do Valle de Carvalho, Gerente do Projeto**, em 16/06/2021, às 19:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Araujo de Sousa, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 17/06/2021, às 11:14, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO DE SOUZA LIMA COELHO CARRIJO, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 17/06/2021, às 12:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **KATIA DE QUEIROZ DOMINGUES BARONI, Assistente Técnico(a)**, em 17/06/2021, às 15:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 17/06/2021, às 17:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Quitéria Magalhães Hatsumura, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 18/06/2021, às 11:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 18/06/2021, às 16:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 21/06/2021, às 15:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 22/06/2021, às 13:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Renata Sanchez Diogo, Chefe da Assessoria Especial Internacional**, em 22/06/2021, às 14:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 25/06/2021, às 12:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Gustavo Maiurino, Usuário Externo**, em 19/07/2021, às 17:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14909038** e o código CRC **55C657E7**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.